

Perspectivas favoráveis para as contas externas

O fechamento do acordo de renegociação parcial da dívida externa com 750 bancos credores, às vésperas da viagem do presidente José Sarney aos Estados Unidos, abre perspectivas positivas para as contas externas do País. Não temos dúvida de que a próxima rodada de negociações, por envolver compromissos de maior volume e de prazo mais longo, será mais difícil do que a que se encerrou na semana passada, mas a avaliação favorável que a imprensa internacional e mesmo o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, têm feito do desempenho econômico recente do Brasil autoriza-nos a esperar maior compreensão por parte dos credores do exterior, principalmente dos governos de países representados no Clube de Paris.

Com efeito, a ninguém de bom senso escapa que a exigência do aval do Fundo Monetário Internacional (FMI) tem por objetivo a autoproteção dos credores contra as incertezas produzidas por uma dívida de grande porte como a

brasileira. Dessa forma, o êxito até aqui obtido pelo governo Sarney na derrubada da inflação e na manutenção de um rápido crescimento econômico representa uma credencial que não pode ser ignorada por retóricas ortodoxas na mesa de negociações.

O Plano Cruzado, certamente, tem pela frente vários desafios a vencer e é muito cedo para se afirmar que ele veio resolver os grandes problemas econômicos e sociais brasileiros. É inegável, no entanto, que com um receituário inverso ao preconizado pelos economistas do FMI o Plano Cruzado chegou a resultados semelhantes, obtendo o Brasil maior equilíbrio nas contas públicas e altos superávits na balança comercial, sem exigir, em contrapartida, sacrifícios adicionais da população com uma política econômica recessiva.

A próxima etapa das negociações sobre a dívida, a iniciar-se de fato após a realização da assembléia conjunta do FMI e do Banco

Mundial, marcada para o final deste mês, em Washington, deverá assumir, portanto, um caráter muito mais político do que técnico. Para tanto, o Brasil reúne condições que vão além de sua própria situação interna favorável, bastando lembrar que, dos três grandes devedores latino-americanos, é o único que não depende do ingresso de dinheiro novo para, inclusive, pagar seus compromissos externos. Outro forte argumento a favor é que, para manter sua economia em crescimento sem sofrer maiores pressões inflacionárias, o País precisa aumentar o volume de importações no próximo ano, o que servirá para atenuar o grande saldo favorável acumulado ultimamente no comércio com seus parceiros do mundo industrializado.

Como já dissemos em comentário anterior, o objetivo do governo brasileiro de limitar a 2,5% do Produto Interno Bruto a remessa líquida de renda para o exterior, a cada ano, não é tão incompatível assim com as expectativas de nos-

os credores, levando-se em conta o rápido crescimento da economia nacional e a tendência de queda dos juros internacionais. E a contrapartida do aumento de importações que o País oferece pode compensar, talvez até com vantagem, o que se deixará de remeter pelo serviço da dívida.

Todas essas considerações de natureza financeira, porém, não devem obscurecer a compreensão de que a verdadeira dimensão da dívida de países em desenvolvimento é política, no sentido de que os compromissos com a comunidade internacional só podem ser honrados com a manutenção de um mínimo de crescimento econômico. Esperamos, assim, que a exemplo dos 750 bancos credores, que assinaram o acordo da última sexta-feira mesmo sem o aval declarado do FMI, outros organismos, instituições e governos levem em conta o papel que o Brasil hoje desempenha no concerto das nações para conduzir as novas negociações a bom termo.